

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Julgue os itens subsequentes, acerca da evolução da administração e do processo administrativo.

- 51 A criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) teve como objetivo centralizar e reorganizar a administração pública mediante ampla reforma, porém sem a intenção de racionalizar métodos, procedimentos e processos administrativos em geral.
- 52 Será considerado nulo o processo administrativo iniciado pela administração pública sem que tenha sido motivado por pedido pertinente de interessado.
- 53 Um processo que se encontra em diligência é aquele que não atendeu às formalidades necessárias e foi devolvido ao órgão que cometeu esse equívoco para saneamento das eventuais falhas.
- 54 Quando um colaborador recebe novas atribuições diretamente do seu gerente, mesmo não tendo o cargo compatível para essas novas atividades e sabendo que poderá deixar de desenvolvê-las a qualquer momento, tem-se um exemplo de delegação.
- 55 Uma universidade pública, ao criar um departamento de graduação e outro de pós-graduação, realizará uma forma de desconcentração administrativa.
- 56 O gestor que adota os pressupostos da teoria da contingência dá ênfase à análise do ambiente sem considerar aspectos da tecnologia, visto que a análise ambiental ditará a tecnologia necessária à organização.

Em relação ao orçamento público, julgue os itens seguintes.

- 57 Quando for propor despesas de duração continuada, o gestor público não poderá fazê-lo sem sinalizar a pertinente fonte segura de receita que irá custeá-las.
- 58 O cadastramento no SICONV referente às transferências voluntárias poderá ocorrer no Ministério da Saúde ou em unidade cadastradora vinculada do SICAF.
- 59 A inscrição na dívida ativa por órgão competente fornece uma presunção de certeza e liquidez apenas relativa a respeito da existência do débito a ser pago.
- 60 Na elaboração do orçamento público, deverá ser lançado o valor líquido com as deduções previstas, de modo a se obter o montante com que efetivamente se contará para a execução financeira.
- 61 As diretrizes orçamentárias no âmbito federal são desenvolvidas por iniciativa do Congresso Nacional.
- 62 Ocorre destaque quando unidade orçamentária de ministério realiza descentralização orçamentária para unidade executora desse mesmo ministério, por intermédio de nota de crédito.

Julgue os itens a seguir, a respeito de despesa pública, restos a pagar e competência tributária.

- 63 Se um servidor cujo filho tenha nascido em 12/10/2012 solicitar o auxílio-natalidade em 2013, a despesa gerada pela solicitação configurará restos a pagar.
- 64 Caso uma empresa possua uma dívida tributária a ser paga, o administrador, o gerente ou o contador da empresa poderão ser chamados para responder por essa obrigação em conjunto. Nessa situação, nenhum deles poderá pleitear o benefício de ordem.
- 65 Ao emitir uma ordem bancária, o gestor público realizará o estágio da despesa denominado liquidação.

A respeito de licitações, julgue os itens seguintes.

- 66 A adjudicação obrigatória ao vencedor da licitação gera, como consequência, a celebração do contrato.
- 67 Se houver a impossibilidade jurídica da competição, sempre ocorrerá a dispensa da licitação.
- 68 A nulidade do procedimento licitatório gera a nulidade do contrato, que, por sua vez, exime a administração do dever de indenizar o contratado.
- 69 A anulação de uma licitação pode ser total ou parcial, mas a revogação deve ser total.
- 70 Um licitante que manifestar desistência de sua proposta por ter recebido de outro licitante uma compensação financeira cometerá crime.
- 71 Qualquer cidadão, mesmo que não participe de determinada licitação, possui o direito de impugnar o edital dessa licitação por motivo de ilegalidade.
- 72 Quando a administração desejar contratar um serviço técnico consistente na elaboração de um projeto de engenharia, deverá realizar a licitação nas modalidades melhor técnica ou técnica e preço.

Julgue os próximos itens, referentes a contratos administrativos.

- 73 Caso ocorra a morte de uma pessoa que tenha pactuado um contrato administrativo, seus herdeiros deverão ser chamados para dar cumprimento à parte restante das obrigações assumidas.
- 74 A rescisão do contrato administrativo deve ser sempre motivada, devendo-se assegurar ao particular contratado a ampla defesa e o contraditório.
- 75 O instrumento de contrato é obrigatório em todas as modalidades de licitação.

Julgue os itens a seguir, relativos ao conceito, tipos e formas de controle da administração pública.

- 76 O controle *a posteriori* incide exclusivamente sobre decisões já executadas visto que seu objetivo é rever atos praticados a fim de corrigi-los.
- 77 O controle de legalidade é priorizado pelos tribunais de contas, ainda que as controladorias ou auditorias também o exerçam.

A respeito do controle externo e interno da administração pública, julgue os itens subsequentes.

- 78 O controle interno da administração pública se caracteriza pela fiscalização que ela exerce sobre os atos e atividades de seus órgãos e das entidades descentralizadas vinculadas a ela.
- 79 O controle pode ser interno ou externo, conforme o órgão seja integrante, ou não, da estrutura em que se insere o órgão controlado.

Julgue os itens subsequentes, no que se refere ao controle parlamentar.

- 80 O exercício do controle parlamentar permite ao Congresso Nacional instaurar comissões parlamentares de inquérito a fim de garantir um controle mais eficiente da administração pública.
- 81 Nos governos presidencialistas, o controle do Poder Legislativo sobre a administração pública tem efeito direto, podendo o Congresso Nacional anular atos administrativos ilegais.

Acerca do controle exercido pelos tribunais de contas, julgue os próximos itens.

- 82 Compete ao controle externo exercido pelo Tribunal de Contas da União fiscalizar as contas das empresas supranacionais de cujo capital social a União participe excepcionalmente de forma direta.
- 83 Cabe aos tribunais de contas o exercício da fiscalização por meio de controle externo no que diz respeito à legalidade, à legitimidade, à economicidade e à aplicação das subvenções e renúncia de receitas.

Julgue os itens a seguir, com base na Lei n.º 8.429/1992 e alterações, que trata da improbidade administrativa.

- 84 A referida lei permite o aperfeiçoamento do controle interno, visto que possibilita a qualquer cidadão o requerimento para instauração de procedimento administrativo que apure improbidade.
- 85 A aplicação das sanções por improbidade administrativa depende da aprovação das contas pelo tribunal ou conselho de contas.

No que concerne ao controle jurisdicional da administração pública no direito brasileiro, julgue os itens que se seguem.

- 86 Os atos administrativos comuns estão sujeitos a controle jurisdicional, devendo ser julgados com base nos critérios de legalidade e mérito administrativo.
- 87 O controle jurisdicional caracteriza-se como controle externo, *a posteriori*, repressivo ou corretivo, desencadeado por provocação.

Julgue os itens seguintes acerca do sistema de correição do Poder Executivo federal.

- 88 A investigação preliminar e a inspeção são instrumentos utilizados na atividade correicional.
- 89 A apuração de indícios de enriquecimento ilícito de agente público federal deverá ser realizada por meio de sindicância patrimonial.

No que se refere à advocacia pública consultiva, julgue o item abaixo.

- 90 O papel das consultorias jurídicas é assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos.

Considerando o campo de aplicação e os princípios de contabilidade sob a perspectiva do setor público, julgue os próximos itens.

- 91 Para o devido atendimento do princípio da oportunidade, deve ser reconhecida a totalidade das variações patrimoniais da FUNASA, independentemente do cumprimento das formalidades legais, de forma a se priorizar a essência sobre a forma.
- 92 Por ser a FUNASA um órgão executivo do Ministério da Saúde, a ela é conferida a prerrogativa de observar parcialmente as normas e técnicas próprias da contabilidade aplicada ao setor público, com vistas à garantia de procedimentos suficientes de prestação de contas e instrumentalização do controle social.

Com relação ao patrimônio e às transações no setor público, julgue os itens subsequentes.

- 93 Para que os recursos sejam reconhecidos como ativos, eles devem necessariamente ser controlados pela entidade do setor público como resultado de eventos passados.
- 94 Incluem-se entre as transações de natureza econômico-financeira as originadas de fatos que afetam o patrimônio público, ainda que não sejam decorrentes da execução do orçamento.

Considere os seguintes dados relativos ao encerramento do primeiro exercício financeiro de determinada entidade governamental:

- previsão da receita orçamentária: .....R\$ 80.000,00.
- fixação da despesa orçamentária: .....R\$ 80.000,00.
- arrecadação de impostos: .....R\$ 50.000,00.
- empenho de despesas: .....R\$ 80.000,00.
- liquidação de despesas: .....R\$ 70.000,00.
- inscrição de despesas em restos a pagar: .....R\$ 30.000,00.
- recebimento de imóvel em doação: .....R\$ 100.000,00.

Com base nessas informações, julgue os itens a seguir, acerca da elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com a Lei n.º 4.320/1964.

- 95 O resultado orçamentário do exercício é nulo, visto que a despesa orçamentária foi fixada no mesmo montante da receita orçamentária prevista.
- 96 O balanço financeiro apresenta saldo de R\$ 10.000,00 para o exercício seguinte.
- 97 O imóvel recebido em doação afeta positivamente, em R\$ 100.000,00, a apuração do resultado patrimonial do exercício.

Em relação ao sistema de custos no setor público, julgue os itens subsequentes.

- 98 O método de custeio direto consiste na alocação de todos os custos fixos e variáveis diretamente a todos os objetos de custos, sem qualquer tipo de rateio ou apropriação.
- 99 Análise, avaliação e verificação da consistência das informações de custos no âmbito da entidade do setor público são de responsabilidade do profissional contábil.

RASCUNHO

## RASCUNHO

Acerca da natureza e da estrutura do novo plano de contas aplicado ao setor público, composto por oito classes de contas, julgue os seguintes itens.

- 100** Valores inscritos em restos a pagar têm seus registros efetuados em contas com informações de natureza típica de controle.
- 101** No momento do fato gerador, a obrigação a pagar que não estiver amparada por crédito orçamentário deve ser registrada em conta de passivo com atributo P (permanente).
- 102** Todas as contas relativas às variações patrimoniais aumentativas e diminutivas devem ser encerradas ao final do exercício.

No primeiro exercício financeiro encerrado de determinada entidade governamental, foram registrados os seguintes eventos:

- impostos lançados no valor de R\$ 50.000,00, tendo sido arrecadados 60% desse valor;
- compra de veículo à vista, com recebimento imediato do bem, no valor de R\$ 25.000,00;
- recebimento de depósitos de terceiros no valor de R\$ 20.000,00;
- inscrição em restos a pagar não processados de despesas com serviços de pessoa jurídica no valor de R\$ 28.000,00.

Com base nessas informações e considerando a necessidade de o regime orçamentário estar relacionado ao regime contábil, julgue os próximos itens.

- 103** Embora represente um fato permutativo, a compra do veículo à vista deve ser reconhecida como despesa orçamentária do exercício.
- 104** Como os serviços de pessoa jurídica inscritos em restos a pagar representam despesas não processadas, eles não devem ser reconhecidos como despesa orçamentária do exercício.
- 105** Observa-se, no referido exercício financeiro, a realização de receita orçamentária no valor de R\$ 50.000,00, resultante da arrecadação de impostos e do recebimento de depósitos de terceiros.

Para pagar uma obra em 20 prestações iguais, mensais e consecutivas de R\$ 30.000,00, um condomínio fixou a taxa extra de R\$ 50,00 mensais para cada uma de suas 800 unidades. Com base nessas informações, julgue os itens a seguir.

- 106** Se a obra ficar em R\$ 500.000,00, para pagamento em 20 prestações mensais pelo sistema de amortização constante, sem prazo de carência e com taxa de juros compostos de 2% ao mês, a nona prestação será inferior a R\$ 30.000,00.
- 107** Se o valor correspondente às taxas pagas pelas unidades em determinado mês foi aplicado por 3 meses a juros compostos de 5% ao mês, então, considerando-se 1,16 como valor aproximado para  $1,05^3$ , o montante dessa aplicação foi superior a R\$ 48.000,00.
- 108** Considere que a unidade inadimplente deva pagar a taxa extra atrasada acrescida de juro simples de 10% ao mês. Nessa situação, se a unidade atrasar as 5 primeiras parcelas e pagá-las junto com a sexta taxa extra, então ela pagará mais de R\$ 370,00.
- 109** Se às parcelas das taxas extras forem aplicadas a taxa de juros compostos de 5% ao mês e se a inflação em determinado mês for de 2%, então, nesse mês, o valor do juro real relativo à prestação de uma unidade será inferior a R\$ 1,50.
- 110** Considere que, na data do pagamento da sétima parcela da obra, o condomínio tenha adiantado o pagamento da última prestação e, para isso, tenha acordado um desconto racional composto de 4% ao mês. Nessa situação, considerando  $5/3$  como valor aproximado para  $1,04^{13}$ , pela última prestação o condomínio pagou menos de R\$ 20.000,00.

Acerca das bases legais do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), julgue os itens seguintes.

- 111** Se determinada empresa pública estadual executar serviço público de saneamento básico por meio de concessão outorgada em caráter precário, ela poderá ser contemplada com os recursos públicos do PAC, mesmo que o prazo da concessão esteja vencido.
- 112** Caso um município tenha firmado termo de compromisso, com aprovação formal da União, para ser beneficiado com as transferências obrigatórias para executar ações do PAC, novas ações poderão ser inseridas como adendos no termo de compromisso original, bem como ações já pactuadas poderão ser alteradas também mediante a inserção de adendos no referido termo.

Conforme as normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal dispostas na Lei Complementar n.º 101/2000, julgue o item subsecutivo.

- 113** Se a União celebrar convênio com obrigações financeiras, o montante dessas obrigações fará parte de sua dívida pública mobiliária, juntamente com os títulos que ela tiver emitido.

Com referência à organização da administração federal, julgue o item abaixo.

- 114** O ministro de Estado da Saúde é responsável, perante o presidente da República, pela supervisão da FUNASA, visando, entre outros objetivos, o fortalecimento do sistema do mérito.

Julgue os itens **115** e **116**, acerca das normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse.

- 115** Se uma entidade sem fins lucrativos pretender celebrar convênio com a FUNASA envolvendo a transferência de recursos, esse ajuste deverá ser assinado pelo presidente da referida fundação, de forma indelegável.

- 116** Independentemente do valor a ser envolvido, a FUNASA poderá celebrar convênio, com transferência de recursos financeiros, com a secretaria de saúde de determinado município, para a execução de determinado programa de governo, desde que o objeto do ajuste se refira às áreas de atuação tanto da FUNASA quanto da referida secretaria.

À luz da Portaria Interministerial n.º 507/2011, julgue os itens subsequentes, acerca dos contratos de repasse e dos termos de cooperação celebrados pelos órgãos e entidades da administração pública federal.

- 117** A FUNASA poderá celebrar convênio, com transferência de recursos, com entidade que tenha fins lucrativos, desde que esta se comprometa a empregar todo o repasse na área da saúde.
- 118** A União deve destinar parte de seus recursos financeiros oriundos do orçamento fiscal e da seguridade social para a celebração de convênios com outros entes da Federação, relativos à sua atuação complementar na área da saúde.

Julgue os itens a seguir, acerca das normas relativas à celebração de convênio de natureza financeira que tenham por objeto a execução de projetos ou a realização de eventos.

- 119** Se a FUNASA e uma prefeitura celebrarem convênio com transferência de recursos, o respectivo termo deverá conter, expressa e obrigatoriamente, entre outras cláusulas, a obrigação de cada um, inclusive a contrapartida, bem como a faculdade de denúncia ou rescisão do referido termo a qualquer tempo por iniciativa de qualquer das suas partícipes.
- 120** Se a FUNASA e uma entidade sem fins lucrativos celebrarem convênio com transferência de recursos, será vedada a utilização desses recursos para custear despesas a título de taxa de administração.